

## NECESSÁRIAS NEGOCIAÇÕES DURANTE AS AULAS REMOTAS NA GRADUAÇÃO E NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UERJ DURANTE O PERÍODO PANDÊMICO

### NECESSARY NEGOTIATIONS DURING THE REMOTE CLASSES IN GRADUATION AND POSTGRADUATION AT UERJ DURING THE PANDEMIC PERIOD

Cláudia Hernandez Barreiros Sonco<sup>80</sup>

Shirlei Barros do Canto<sup>81</sup>

#### Resumo

Na Uerj, o contexto da Covid-19 impôs repensar o modelo educativo presencial, e nesse processo enfrentou resistências quanto à adesão ao ensino remoto. Após amplo debate na comunidade e nos conselhos superiores, aprovou o Período Acadêmico Emergencial (PAE). Com base em questionários on-line e documentos que ordenaram esse processo, constatou-se que as articulações e as negociações entre docentes e discentes foram fundamentais para a adaptação a essa estratégia de ensino, garantindo conectividade interpessoal, através do acesso e manuseio dos recursos tecnológicos. O objetivo deste artigo é compartilhar como se deu essa dinâmica de implantação do ensino remoto na Uerj, sem prescindir dos combinados que foram fundamentais para que o PAE fosse assertivo, durante o isolamento na instituição.

**Palavras-chave:** Ensino Remoto. Período Acadêmico Emergencial (PAE). Negociações entre docentes e discentes.

#### Abstract

At UERJ, the context of Covid-19 imposed a rethinking of the face-to-face educational model, and in this process it faced resistance regarding adherence to remote learning. After extensive debate in the community and in the higher councils, it approved the Emergency Academic Period (PAE). Based on online questionnaires and documents that ordered this process, it was found that the articulations and negotiations between professors and students were fundamental for the adaptation to this teaching strategy, ensuring interpersonal connectivity through the access and handling of technological resources. The purpose of this article is to share how this dynamic of implementation of remote learning took place at UERJ, without dispensing with the agreements that were essential for the PAE to be assertive, during isolation in the institution.

**Keywords:** Remote Teaching. Emergency Academic Period (PAE). Negotiations between teachers and students.

---

<sup>80</sup> Professora Associada do Departamento de Ensino Fundamental do CAp-UERJ atuando no momento como vice-diretora do instituto. Coordenadora da disciplina Gestão 2 no Curso de Pedagogia CEDERJ-UERJ. Pedagoga e Mestre em Educação pela UERJ e Doutora em Educação pela PUC-Rio. E-mail: [claudiahbsonco@gmail.com](mailto:claudiahbsonco@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4229-6028>.

<sup>81</sup> Doutoranda do Programa Interdisciplinar em Meio Ambiente, PPGMA-UERJ, Tutora das Disciplinas Pedagógicas do CEDERJ-UERJ. Pedagoga, Bacharel e Licenciada em Letras e Mestre em Ensino, pela UERJ. E-mail: [shirlei.canto@hotmail.com](mailto:shirlei.canto@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7396-464X>.



## Introdução

No mundo, a pandemia causada pelo vírus Sars-Cov-2 agravou as desigualdades socioeconômicas e impactou de maneira categórica a rotina das pessoas em todas as nações, constatando a fragilidade da vida humana. No entanto, as sociedades cuja desigualdade ocorre de forma sistêmica são as que mais seguem sofrendo as consequências da doença Covid-19. Embora essa realidade esteja presente em diversos países, é notório que a distribuição da riqueza determina os eleitos com mais condições de enfrentamento da pandemia.

De acordo com o Instituto de Geografia e Estatística, IBGE, no Brasil, a concentração de renda tem aumentado interferindo no alcance do desenvolvimento humano por um mundo mais sustentável, conforme estabelece a Agenda 2030 das Nações Unidas. Os dados do IBGE mostram que desde 2018, o rendimento da parcela 1% mais rica foi quase 34 vezes maior que da metade da população mais pobre, que corresponde a 50% dos brasileiros<sup>82</sup>. E a pandemia no Brasil, atinge duramente essa parcela da população, que apresenta maior vulnerabilidade socioeconômica, tendo dificuldade em diversas áreas, como empregabilidade, saúde, serviços de saneamento, acesso à água potável, segurança e habitação adequada.

No Brasil, a resposta e a aceitação à contaminação desencadearam a instalação da maior crise sanitária já vivenciada. A população polarizou entre acreditar nas declarações da Organização Mundial da Saúde, OMS, e as conjecturas da cúpula do governo federal brasileiro, que priorizavam o equilíbrio econômico e orçamentário, com argumentos negacionistas e a indicação de tratamento, conforme preconiza a Nota Informativa No. 9/2020-SE/GAB/SE/MS, de 20 de maio de 2020, sobre orientações para manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico da Covid-19<sup>83</sup>.

Após mais de um ano do início da pandemia, a força de contágio do vírus Sars-Cov-2 apontava que, enquanto as vacinas não chegassem, seria imperiosa a manutenção de

---

<sup>82</sup> Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25702-renda-do-trabalho-do-1-mais-rico-e-34-vezes-maior-que-da-metade-mais-pobre>. Acessado: 03 out. 2021.

<sup>83</sup> Disponível em:

<https://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/May/21/Nota-informativa--Orienta---es-para-manuseio-medamentoso-precoce-de-pacientes-com-diagn--stico-da-COVID-19.pdf>. Acessado: 03 out. 2021.



medidas restritivas que levassem ao confinamento tipo *lockdown*<sup>84</sup>, para conter o ciclo de contágios, de acordo com o nível de propagação apresentada, no Brasil. E durante essa fase, as instituições de ensino superior tiveram suas aulas suspensas, enquanto refletiram se deveriam seguir aguardando a crise passar ou se apresentavam uma proposta de ensino, via mídias digitais, para a continuidade de suas funções sociais.

O objeto deste artigo é compartilhar o processo que se desencadeou na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a Uerj, com suas vicissitudes iniciais em relação ao ensino remoto para que, especialmente, os compromissos da universidade com a formação de profissionais de nível superior não fossem paralisados por mais tempo, em meio à crise gerada pela pandemia. E nesse compartilhamento destacar a importância das negociações que ocorreram entre os sujeitos envolvidos, para que se lograsse a implantação do ensino remoto tendo como proposição basilar os meios que garantiram que o ensino na Uerj permanecesse democrático, inclusivo e de qualidade.

Buscou-se compreender como estudantes e docentes vivenciaram os dois primeiros PAE (Período Acadêmico Emergencial), estando o PAE 1 já concluído e o PAE 2 em processo, naquele momento.

Algumas questões orientaram o estudo: qual a familiarização de docentes e estudantes com as ferramentas usadas no ensino remoto? Como se deu o engajamento de ambos nos processos de ensino-aprendizagem? O ensino remoto conseguiu ter efetividade? Ou seja, se constituiu de fato como um substituto razoável às práticas usuais de ensino na universidade, no contexto da pandemia? Quais os maiores desafios enfrentados? As interações no ambiente virtual de aprendizagem (AVAUERJ) de modo assíncrono e as *webs* conferências (síncronas) permitiram práticas de negociação típicas da relação professor-aluno? A experiência, enfim, estava valendo a pena?

Considerando o momento impensável e implanejável vivido, optou-se por uma estratégia realizável, o Formulário on-line, por amostragem. Buscou-se chegar ao maior número possível de informantes voluntários, disseminando o *link* com o convite à participação na pesquisa, através das redes sociais das pesquisadoras, de modo que aqueles

---

<sup>84</sup> “Lockdown” é uma expressão em inglês que, na tradução literal, significa confinamento ou fechamento total. Embora não tenha uma definição única, tem sido utilizada para designar uma medida mais radical para que haja distanciamento social, uma espécie de bloqueio total para que as pessoas fiquem em casa. Disponível em: [Conselho Nacional de Saúde - Lockdown: CNS defende distanciamento social mais rigoroso diante do momento mais grave da pandemia \(saude.gov.br\)](https://www.saude.gov.br/conselho-nacional-de-saude/lockdown-cns-defende-distanciamento-social-mais-rigoroso-diante-do-momento-mais-grave-da-pandemia). Acesso em 19 Abril 2021.

que julgassem relevante dessem prosseguimento à disseminação. O formulário ficou aberto por sete dias. Na descrição do formulário os respondentes tomaram conhecimento de que se tratava de uma pesquisa e que, somente os que concordassem quanto aos usos de suas respostas, deveriam respondê-las.

O formulário constituiu-se de três partes: a primeira - de identificação quanto ao curso e tratar-se de estudante ou docente; a segunda - com perguntas diretas sobre as questões do estudo; a terceira - uma questão totalmente aberta que convidava os informantes a dizerem o que julgassem relevante, para avaliar os PAE.

Naquele momento, as instâncias de gestão da universidade ainda não haviam realizado uma ampla avaliação do ensino remoto. A adesão à pesquisa mostrou que uma parcela significativa da comunidade tinha o desejo de se pronunciar sobre a experiência, assim como ter acesso aos resultados da pesquisa.

O texto se organiza da seguinte forma: partiu-se de uma contextualização da pandemia e o modo como as instâncias de gestão da universidade foram lidando com ela. A seguir, com base em documentos normativos em diversas esferas (nacional, estadual e da própria universidade), assim como em documentos produzidos pela Associação de Docentes da Universidade, buscou-se compreender o processo em como se deu o encaminhamento da questão do ensino superior, por meio do ensino remoto.

Em seguida, com base em um formulário on-line, que contou com respondentes entre docentes e discentes da Uerj, foram trazidos alguns resultados quantitativos de estudo exploratório que visou indagar sobre como esses sujeitos foram enfrentando, dia após dia, a rotina do isolamento acrescida dos ritos do ensino remoto.

Posteriormente, teceu-se um diálogo com os comentários livres que os mesmos sujeitos tiveram a oportunidade de fazer ao final do questionário, onde expressaram em parte algumas das dificuldades enfrentadas, formas de superação, aprendizados, satisfações, críticas e alguns consensos construídos. E ao final, as autoras trazem algumas considerações sobre o conjunto da investigação realizada.

### **Surgimento da pandemia e alerta da chegada do vírus no Brasil**

Antes mesmo da decretação da pandemia, pela OMS, em 11 de março de 2020, quando foi publicizado o avanço significativo da doença causada por um novo coronavírus

(Sars-Cov-2), que causa a doença Covid-19, a UERJ ficou atenta às declarações do Ministro da Saúde da época, o médico Luiz Henrique Mandetta, assim como às orientações da secretaria estadual de saúde do Rio de Janeiro. Em 13 de março, o Governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, decretou medidas temporárias de prevenção ao contágio e enfrentamento da propagação decorrente da Covid-19, no regime de trabalho dos servidores públicos do estado (Decreto nº 46970). Essas medidas foram seguidas pela maioria dos municípios, suspendendo as atividades presenciais, a partir de 14 de março de 2020, em todas as instituições de ensino, de cultura, dos estabelecimentos de comércio e das indústrias.

O uso do termo pandemia já traduz a realidade de transmissão da doença, entre diversos continentes do mundo. No entanto, segundo a OMS, o vírus surgiu em dezembro de 2019, na China e, rapidamente, foi se alastrando pelos países vizinhos e nações que mantiveram algum contato entre si.

De acordo com o G1 (< <https://glo.bo/3cKPvgy> >)<sup>85</sup>, em 11 de março de 2020, já eram 110 países afetados e o Brasil encontrava-se em fase inicial de contaminação, com 34 casos de contágio e 893 casos suspeitos (Fig. 1).

Figura 1: Contaminação inicial no Brasil em março de 2020.

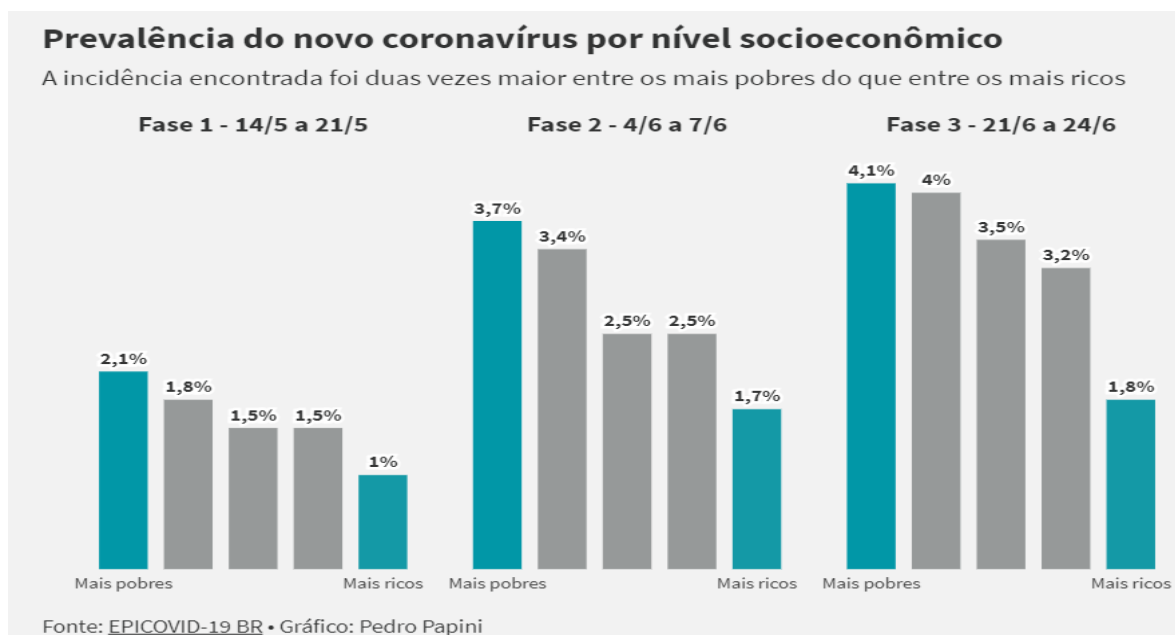


Fonte disponível em: <https://bit.ly/3cMx9fe>.

<sup>85</sup> Acessado em 03 março de 2021.aci

A realidade mostrada no mapa anterior apenas exemplifica como se deu a porta de entrada do vírus no território brasileiro, ou seja, pelos aeroportos, através das pessoas das classes mais abastadas que retornaram de suas viagens ao exterior. Todavia, o vírus, assim que adentrou o país com seus mais de 211 milhões de habitantes, sem distinguir classe, cor de pele, status social ou poder aquisitivo, logo se espalhou, apoiado na incredulidade de alguns e nas condições inadequadas de higiene, saneamento ambiental e baixa renda familiar, de outros. O que se quer pontuar é que, aos poucos, um novo cenário foi sendo desenhado e as classes populares e as classes abaixo da linha da pobreza passaram a ser o berço do vírus da Covid-19, expondo a grande diferença socioeconômica dos brasileiros (Fig. 2).

Figura 2: Prevalência do coronavírus entre a população mais pobre



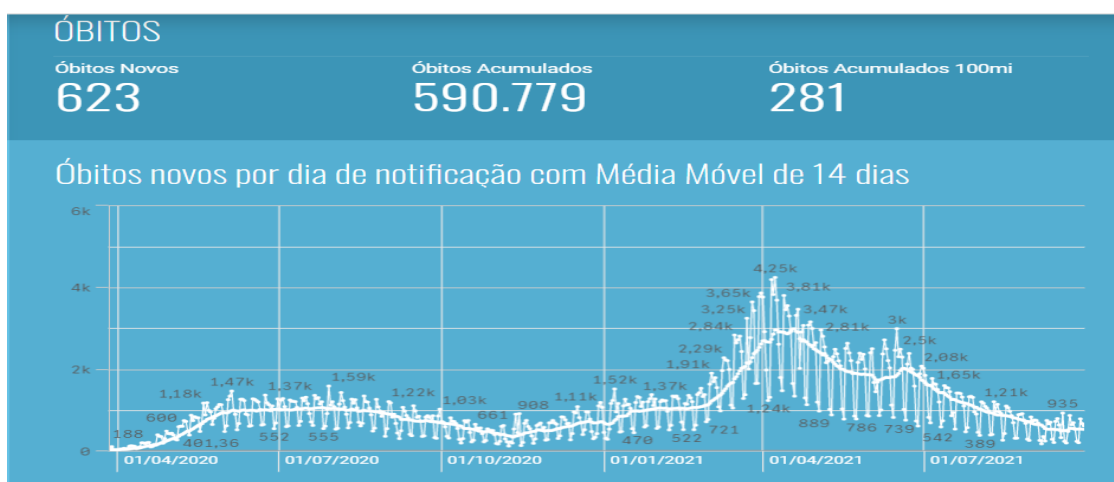
Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1ApirJhOSRK0aftpWeHSUBMZUj-QaPhYH/edit>> Acesso: 01 out. 2021.

A Universidade Federal de Pelotas (UFPel) realizou uma abrangente pesquisa que constatou que a pandemia acometeu duas vezes mais a população pobre do que a população rica. A pesquisa investigou a prevalência de anticorpos da SARS-CoV-2, por cidade brasileira e de acordo com as categorias de sexo, idade, grupo étnico e status socioeconômico. Como resultado da pesquisa de Hall et al., constatou-se a prevalência nas camadas socioeconômicas mais pobres, com percentual correspondente a 3,7% em

comparação aos 1,7% dentre os mais ricos. Essa pesquisa foi publicada na Revista Lancet, em 23 de setembro de 2020<sup>86</sup>.

Durante o primeiro ano da pandemia, o número de contaminados subiu vertiginosamente e o Brasil não conseguiu conter a disseminação do vírus em seu território, computando o ápice de óbitos em abril de 2021 (Fig. 3). Devido à opção política do Ministério da Saúde (MS) pela não divulgação dos vultosos índices de óbitos no Brasil<sup>87</sup>, um consórcio de imprensa foi organizado em parceria com jornalistas do G1, O Globo, Extra, Estadão, Folha de São Paulo e UOL, que passaram a coletar e a divulgar os dados diários, junto às Secretarias de Saúde.

Figura 3: infográfico da evolução da Covid-19 no Brasil



Fonte<sup>88</sup>: [https://qsprod.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://qsprod.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html)

Em resposta à decisão federal de restringir o acesso aos dados da pandemia, esse consórcio de imprensa foi fruto de um trabalho colaborativo que passou a reunir as informações nos 26 estados e no Distrito Federal, para levar informações transparentes aos brasileiros, a cada balanço diário realizado. Foi providencial, pois a ansiedade tomou conta de grande parte da nação.

<sup>86</sup> A pesquisa da UFPel intitulada "SARS-CoV-2 antibody prevalence in Brazil: results from two successive nationwide serological household surveys". The Lancet Global Health. Vol. 8, No. 11e1390-e 1398. Publicado: 23 set. 2020.

<sup>87</sup> Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/governo-deixa-de-informar-total-de-mortes-e-casos-de-covid-19-bolsonaro-diz-que-e-melhor-para-o-brasil.shtml>. Acessado: 04 out. 2021.

<sup>88</sup> Acessado em 30 set. 2021.

## Determinações da Uerj para salvaguardar vidas diante de um cenário de crise no país

O país viu-se imerso numa crise política e humanitária, uma vez que o presidente desautorizava seus próprios ministros da saúde, que foram sendo trocados. Os noticiários revelavam uma disputa entre governadores e o presidente, com vistas à sucessão presidencial em 2022. E as vacinas, que já começavam a trazer paz a vários países do mundo, não eram prioridade do governo brasileiro.

O Rio de Janeiro também emergiu em crise política: o governador eleito sofreu *impeachment* acusado de corrupção na compra de insumos da área de saúde, assim como o secretário estadual de saúde, professor da Uerj e ex-diretor do Hospital Universitário.

Diante desse quadro, o atendimento às normas advindas das instituições ou órgãos superiores foram balizando as primeiras ações, que foram sendo discutidas, internamente. Tendo em conta, o Decreto do Governador nº 46.970, de 13 de março de 2020, baseou-se no direito à saúde (artigo 196 da Constituição Federal – CF), no atendimento no Sistema Único de Saúde – SUS (artigo 289 da Constituição Estadual), no Decreto no. 7.616/2011 sobre a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN – e a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (OMS, 30 de janeiro de 2020). Divulgando que essas declarações de emergência foram dispostas no Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal no. 10.212, de 30 de janeiro de 2020. O referido Decreto (no. 46.970) dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (Covid-19), do regime de trabalho de servidor público e contratado, dando outras providências.

Observou-se que semanas se passaram para que, de fato, houvesse a divulgação da pandemia e a suspensão das atividades presenciais, no estado. No que tange à universidade. Tal iniciativa foi significativa para evitar a contaminação das quase 40.000 pessoas, entre alunos, servidores (docentes e técnicos-administrativos) e pessoal terceirizado, que presta serviços para a universidade.

O Decreto nº. 46.970 (13/03/2021) trazia a previsão do estabelecimento de procedimentos a serem adotados, em caso de suspeita de contaminação, em seu Art. 2º, acerca de pessoa com sintomas da Covid-19 e os protocolos a serem adotados. O Art. 3º do mesmo Decreto estabeleceu as atividades remotas com o uso das tecnologias:





O servidor público deverá exercer suas funções laborais, preferencialmente, fora das instalações físicas do órgão de lotação, em trabalho remoto - regime home office -, desde que observada a natureza da atividade, mediante a utilização de tecnologia de informação e de comunicação disponíveis.

E o Art. 4º determinou a suspensão das atividades, pelo prazo de 15 (quinze) dias, com o “objetivo de resguardar o interesse da coletividade na prevenção do contágio e no combate da propagação do coronavírus, (COVID-19)”. Naquele momento, não havia clareza do que estava por vir. A partir daquele Decreto, diversos outros foram expedidos, renovando esse prazo, até que se chegou à conclusão de que a vacinação seria a única possibilidade segura de circulação e convivência de pessoas, no campus da universidade. Em decorrência, a Reitoria emitiu nota de esclarecimento, no dia 14 de março de 2020:

A Universidade vem administrando a grave situação a partir das recomendações da Comissão de Acompanhamento da Progressão do Coronavírus no Âmbito da Uerj e das determinações das autoridades sanitárias e administrativas, de forma coordenada com várias instituições do Estado, como UFRJ, UENF e UEZO, que tomaram medidas semelhantes.

As reitorias das universidades públicas no estado se uniram para analisar a situação, conjuntamente. Embora cada instituição tenha tomado suas decisões, através de suas próprias estruturas organizacionais, o diálogo entre as instituições permitiu uma coesão sobre alguns pontos como a proteção à vida acima de tudo e a compra conjunta de *sim cards*<sup>89</sup>, para permitir a conectividade das comunidades universitárias. Essa compra resolveu uma parte significativa do problema de conectividade de estudantes e servidores, mas o Rio de Janeiro tem um sério problema com a distribuição do sinal de internet, o que faz com que este não chegue a todos os seus espaços.

Cada universidade criou seus próprios mecanismos de gerenciamento da crise. As primeiras determinações da Comissão de Acompanhamento da Progressão do Coronavírus no Âmbito da Uerj foram homologadas pela Reitoria e divulgadas ainda no dia 13 de março de 2020 e versavam sobre cancelamento de viagens de docentes, alunos e técnicos-administrativos, suspensão de eventos; medidas de higiene; cuidado com a disseminação de *Fake News*; quarentena para aqueles que houvessem retornado

<sup>89</sup> O SIM Card consiste no popular Chip, comercializado pelas operadoras como entrada para os serviços de internet.

recentemente de viagens e cuidados com quem tivesse tido contato com casos confirmados, prováveis ou suspeitos da doença.

Nessa época, ainda pouco se sabia sobre o vírus e sua transmissibilidade. O Reitor Ricardo Lodi Ribeiro finalizou a nota de esclarecimento fazendo um apelo à comunidade uerjiana, quanto ao cuidado com a credibilidade e a disseminação de notícias inverídicas, para se evitar a propagação de pânico e frisou que “temos que nos manter coesos para a defesa da saúde de todos e para a preservação dos nossos compromissos com a população do RJ, razão de ser da nossa existência institucional”.

Por meio da Circular Reitoria nº 004 de 23 de março de 2020, enviada às direções dos Centros setoriais e das unidades da Uerj, a comunidade foi informada de que:

[...] no período em que estiver vigente a suspensão das atividades acadêmicas presenciais, definida pelo AEDA nº 13/2020 e suas eventuais prorrogações, não deverá haver a substituição de atividades acadêmicas dos atuais cursos presenciais de graduação, mestrado, doutorado, especialização e extensão, pela Educação à Distância.

Assim a modalidade de EAD somente poderá ser executada naqueles cursos onde ela já é efetuada, como nos cursos de graduação da UERJ aprovados no âmbito do consórcio CEDERJ, por exemplo.

Essa Circular nº. 004/2020, ratifica a resistência da universidade pelo ensino remoto, pois o documento, deixa transparecer a esperança de que a situação não perdurasse tanto e que a recomposição do calendário acadêmico seria praticada de forma presencial. A partir dessa orientação e de todas as ações que foram encaminhadas pela Pró-Reitoria de Graduação, especialmente pelo Departamento de Desenvolvimento Acadêmico e Projetos de Inovação – DAPI, o AVAUERJ e a *web* conferência da RNP<sup>90</sup> – Rede Nacional de Pesquisa e Ensino – se tornaram os lugares de encontro dos diversos cursos da universidade. Por meio dessa experiência, docentes, técnicos e estudantes foram conhecendo e explorando essas

---

<sup>90</sup> “Primeira rede de acesso à Internet no Brasil, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) integra mais de 800 instituições de ensino e pesquisa no país, beneficiando a mais de 3,5 milhões de usuários. Em 2005, o então Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) lançou a **Nova RNP**. O objetivo é melhorar a infraestrutura de redes em níveis nacional, metropolitano e local (redes de *campus*); atender, com aplicações e serviços inovadores, as demandas de comunidades específicas (telemedicina, biodiversidade, astronomia etc.); e promover a capacitação de recursos humanos em tecnologias da informação e comunicação. O Programa Interministerial de Implantação e Manutenção da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa foi criado em outubro de 1999 com o objetivo de promover a implantação e manutenção da rede RNP”. Disponível em: <<https://memoria.rnp.br/rnp/>>. Acessado em: 04 abril 2021.

ferramentas e aprendendo a usá-las a serviço da interação e das aprendizagens colaborativas.

### **UERJ - A resistência à adoção das aulas remotas. Por quê?**

As instituições de ensino superior gozam da opção de introduzir na organização pedagógica e curricular de seus cursos presenciais superiores oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem “método não presencial” em até 20% da carga horária total do curso, desde a portaria MEC nº 2.253 de 2001. Essa norma veio sendo atualizada em diferentes momentos, mas destacamos que, a partir de 2018, com a portaria MEC nº 1.428, o limite chega a 40% não se aplicando essa ampliação apenas aos cursos de graduação presenciais da área de saúde e das engenharias. Em 2019, a portaria MEC nº 2.117 mantém o limite de 40% e exclui apenas o curso de Medicina. Desde a portaria MEC de 2001, destaca-se que o “método não presencial” deverá fazer uso de tecnologias da informação e comunicação. Em 2004, a portaria MEC nº 4.059, introduz atividades de tutoria, o que foi mantido nas posteriores.

Apesar dessas normativas, poucos cursos presenciais na Uerj oferecem disciplinas nesse modelo. Ainda assim, a universidade participa do consórcio CEDERJ, da Fundação CECIERJ, com vários cursos semipresenciais.

Antes de qualquer proposta interna organizada sobre ensino remoto na Uerj, a Associação de Docentes da universidade (ASDUERJ), já no dia 20 de março de 2020, assim se posicionou sobre a portaria do MEC que abria a possibilidade de substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durasse a situação de pandemia de COVID-19, em nota em sua página:

Somos **totalmente contrários** à Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, publicada pelo Ministério da Educação, que prevê a substituição de aulas presenciais pelo ensino à distância por até 30 dias, prorrogáveis. Assim como somos contra qualquer proposta, em nível estadual ou local, que não contribua para superarmos da forma correta esse período tão difícil para todos (grifo nosso).

E assim argumentou:

As medidas unilaterais, que têm sido apresentadas poderão trazer prejuízos insanáveis, desorganizar o início do semestre letivo, expor os docentes e

técnicos, além de legitimar a modalidade do ensino à distância em detrimento do ensino presencial como defendem nossos atuais governantes.

Esses argumentos, ainda que não bem explicitados, evidenciam que o receio de que o ensino a distância reduza o espaço de trabalho dos professores ou esvazie a relação professor-aluno é bastante significativo, também no contexto universitário. Isso, mesmo numa universidade como a Uerj, que participa consistentemente do Consórcio CEDERJ de ensino EaD<sup>91</sup> semipresencial com diversos cursos em diferentes cidades do estado do Rio de Janeiro, desde 2001, ao lado de quase todas as universidades públicas do estado do Rio de Janeiro. São muitos os docentes e técnicos que trabalham na estrutura desses cursos, mas, apesar dessa experiência, a resistência à adoção do ensino remoto no período da pandemia subsistiu por um bom intervalo de tempo. E isso pode indicar que as próprias ações da universidade no Consórcio são questionadas internamente e, portanto, que se faz necessário discuti-lo e avaliá-lo. Afinal, há muito o que indagar sobre as qualidades e limites da Educação a Distância e o sistema que vigora no referido consórcio, especialmente, no que se refere às relações de trabalho.

A ASDUERJ emitiu várias notas, realizou reuniões e assembleias, todas se opondo ao ensino remoto. No entanto, em 1º de julho, a associação divulgou um documento construído a partir da Nota Técnica GT COVID 19 - 11/2020, do Ministério Público do Trabalho, para a atuação do mesmo “na defesa da saúde e demais direitos fundamentais de professoras e professores quanto ao trabalho por meio de plataformas virtuais e/ou em *home office* durante o período da pandemia da doença infecciosa COVID-19.”

Neste documento, também disponível da página da associação e que foi referendado em plenárias e assembleia e apresentado à reitoria da universidade em 8 de julho, são elencadas uma série de garantias e direitos de docentes frente ao trabalho em *home office*. Entre as garantias: disponibilização de computadores, internet e criação de ambiente virtual institucionalizado planejado ou adaptado e eficiente; financiamento público dos instrumentos de trabalho; garantia “da livre manifestação do pensamento” no exercício da cátedra; respeito ao direito de imagem e à privacidade do corpo docente; garantia de

---

<sup>91</sup> Conf. os conceitos de ensino híbrido, remoto e EaD, em *Educação e Tecnologias: experiências, desafios e perspectivas* 2, de Ferreira (Org.), Atena Editora, 2019. Disponível em <https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/04/e-book-Educacao-e-tecnologias-experiencias-desafios-e-perspectivas-2-3.pdf>. Acessado: 03 out. 2021.

permanência exclusiva de docentes e de estudantes nas salas virtuais, assim como proibição de fotografar, gravar, registrar, compartilhar ou divulgar a imagem, a voz ou o conteúdo, sem autorização das/os envolvidas/os no processo; proteção de direitos autorais do(a) professor(a), contra divulgação ou reprodução, sem sua prévia autorização, do conteúdo do material produzido ou utilizado na atividade virtual.

Entre os direitos: irredutibilidade do salário; pagamento das remunerações em dia; períodos de capacitação, adaptação, preparação do material que será utilizado, atividades realizadas, avaliações das atividades, do rendimento dos estudantes, de modo a não permitir jornadas de trabalho excessivas; repouso legais, direito à desconexão e compatibilidade entre a vida familiar e profissional; direito de não assumir determinadas ações, caso não tenha tido acesso aos meios e instrumentos adequados, conforme posto neste acordo, evitando-se o assédio moral. Ainda assim, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Uerj (CSEPE), no uso da competência que lhe atribui o parágrafo único do Artigo 11 do Estatuto da UERJ, aprovou o Período Acadêmico Emergencial (PAE), em 30 de julho de 2020, através da Deliberação nº 14/2020.

O Calendário Acadêmico de 2020.1 já estava em atraso e com o PAE passou a ser composto por 13 (treze) semanas, ofertando atividades remotas. Houve novo prazo de inscrições em disciplinas e as aulas do calendário emergencial para o período 2020.1 tiveram início em 14 de setembro e finalizaram em 12 de dezembro de 2020, com encerramento, após as avaliações finais, em 19 de dezembro de 2020.

Foi necessária uma grande organização institucional para oferecer as Atividades Letivas Emergenciais (ALE) por meios digitais. Docentes que já militavam no campo das mídias apontaram que em poucos dias aconteceram anos de evolução. Dois recursos foram fundamentais: o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e as salas (webconferência) da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Posteriormente, devido ao congestionamento, foram abertas outras opções de uso de plataformas. Nessa organização, foi constituído um Comitê Gestor de Formação Docente para dar suporte ao uso da mediação das tecnologias digitais em rede na universidade com foco no contexto de pandemia que criou um site com a disponibilização de cursos e tutoriais para toda a comunidade universitária, o *Em Redes UERJ* (<https://sites.google.com/view/emredesuерj/in%C3%ADcio?authuser=0>).

Vale ressaltar que várias medidas foram tomadas para atender às necessidades dos discentes, com ações normativas e de inclusão digital. Mas é preciso lembrar que o estado do Rio de Janeiro vive sob contingenciamento de seus recursos desde 2016 em virtude da grave crise financeira que abateu o estado e que gerou o Plano de Recuperação Fiscal (PRF) negociado com o governo federal, com base na Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017. Somado ao fato de a própria pandemia ter contribuído para uma série de contingenciamentos, de modo a atender prioritariamente a área de saúde<sup>92</sup>.

As medidas como o pagamento do auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais)<sup>93</sup>, em cota única aos alunos que já recebiam bolsa permanência e a aquisição de 12.000 (doze mil) pacotes de dados, destinados aos alunos cotistas e também aos alunos com renda familiar de até dois salários mínimos; refletem que a universidade se empenhou em favorecer a inclusão dos alunos. Para tal, durante o PAE, algumas medidas corroboraram para atenuar a adaptação ao novo modelo de ensino-aprendizagem, tais como o número mínimo de disciplinas exigido em cada semestre que foi reduzido e a Uerj oportunizou o trancamento especial, para os impossibilitados em dar continuidade ao curso, durante a pandemia, não computando esse prazo na integralização do curso.

A Uerj construiu e mantém uma página para acompanhamento de informações e assuntos ligados ao coronavírus, < [Coronavírus COVID-19 - A Uerj criou uma comissão para definir protocolos de ação em relação ao coronavírus.](#)>, onde alunos, servidores e sociedade em geral podem se instruir e participar de campanhas voltadas para a conscientização do momento pandêmico. Há informes, publicações, vídeos, *podcasts*, *GIFs*, campanhas: Uerj contra a Covid-19; Fique em casa; HUPE e PPC<sup>94</sup> (doações para abertura de novos leitos); Banco de sangue; Álcool 70% (para doação); Reedite-se!

---

<sup>92</sup> Sabemos que, mesmo em meio a uma crise sanitária como esta, em que centenas de milhares de vidas seriam ceifadas, ainda houve casos de improbidade e corrupção que culminaram no *impeachment* do governador e na prisão inclusive do seu primeiro secretário de saúde, um docente da Uerj.

<sup>93</sup> Antes do fechamento desta edição, a reitoria da universidade anunciou por meio do AEDA 22/2021 mais um valor de R\$ 600,00 de auxílio digital para os estudantes da educação superior e educação básica da Uerj. Anunciou também o AEDA 23/2021 para auxílio digital a docentes e técnicos no valor de R\$ 1.500,00. Ambos os auxílios foram pagos no mês de julho.

<sup>94</sup> HUPE = Hospital Universitário Pedro Ernesto e PPC = Policlínica Piquet Carneiro, ambos da Uerj.

## Análise dos resultados

Fez-se necessário colher diversas experiências e avaliações de estudantes e docentes envolvidos com o Período Acadêmico Emergencial, na Uerj, para conjecturar sobre a adoção do ensino remoto. Considerando a pandemia e o isolamento social a que todos estavam submetidos, foi preciso fazer uso de uma técnica adequada a esse contexto. Para tal, optou-se pela pesquisa *Survey*, que visa

a aquisição de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de um grupo de pessoas selecionadas (público visado), por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente o questionário. Ou seja, tem como objetivo fazer descrições quantitativas acerca de uma população através de um instrumento predefinido (SILVA, LÓS E LÓS, 2011, p. 3).

Os formulários *Google* vinham se popularizando para esse tipo de levantamento de dados. Segundo Silva, Lós e Lós (2011), o *Google Docs* é uma ferramenta da *Web 2.0* que

Surgiu em 2006, através da unificação de dois serviços, o de processamento de textos e de planilhas. Podemos defini-la atualmente como o conjunto de serviços online capazes de processar textos, planilhas, apresentações, desenhos e formulários de forma colaborativa e gratuita, isto é, vários usuários podem estar participando ativamente do processo de criação e edição de tais documentos (p. 5).

A *Web 2.0* é um termo que se difundiu, a partir de 2004, por criar interfaces amigáveis possibilitando aos usuários da internet uma participação mais ativa, em que se movimentam para além do papel de espectadores e sim, para o de participantes ativos no processo de produção de conteúdos. Nesse contexto, optou-se pela elaboração de um questionário on-line auto aplicado, disponibilizado na plataforma *Google Forms*, no período de 10 a 17 de abril de 2021.

Foram recebidas 164 respostas, assim distribuídas pelos seguintes segmentos da comunidade universitária: 93 estudantes de graduação, 53 estudantes de pós-graduação e 21 docentes. Os sujeitos que atenderam a nossa solicitação se distribuíram entre cursos de graduação e pós-graduação das áreas declaradas de Estatística, Ciências Biológicas, Geografia, História, Direito, Artes Visuais e Química, que colaboraram com 1% das respostas cada. As áreas de Serviço Social, Relações Internacionais, Engenharia Ambiental contribuíram com cerca de 2 % das respostas cada. Cerca de 3% dos respondentes foram de

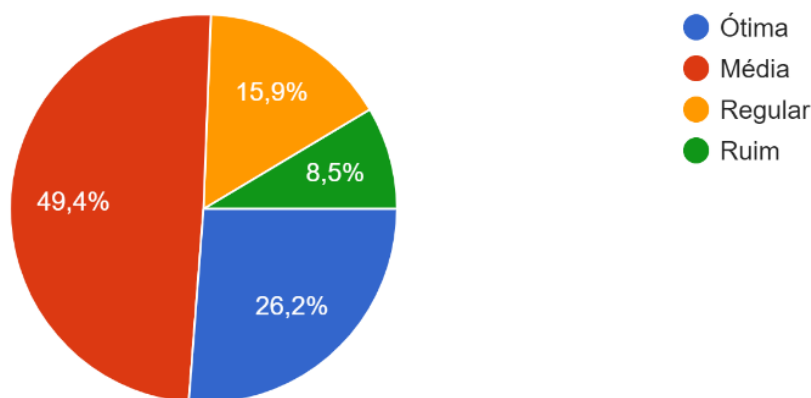
Matemática, 4% de Meio Ambiente, Psicologia e Nutrição respectivamente. 6% foram de Ensino. 20% de Comunicação Social. 46% de Pedagogia/Educação.

Indagou-se, indistintamente, estudantes e docentes sobre sua adaptação ao ensino remoto: 14 consideraram sua adaptação ruim, 26 consideraram regular, 43 acharam ótima e 81 (a maioria) avaliaram como média. É evidente, por esses indicadores, que a ampla maioria se adaptou condizentemente ao ensino remoto, mas, quando se trata de educação e, em especial, pública, os 14 sujeitos que consideraram sua adaptação ruim merecem a atenção de todos – docentes e gestão universitária (Fig. 4).

Figura 4: Adaptação ao ensino remoto

Como considera a sua adaptação ao ensino remoto:

164 respostas



Fonte: arquivo pessoal.

É interessante observar que 42 sujeitos responderam que não eram familiarizados anteriormente com o uso de tecnologias digitais necessárias às aulas remotas, um número significativamente maior que o número de pessoas que consideraram sua adaptação ruim ao ensino remoto (14). Isso demonstra que, mesmo pessoas sem nenhuma familiaridade com esses recursos, conseguiram ampliar suas habilidades. E 62 pessoas já tinham uma familiaridade parcial e 60 consideraram que já tinham realmente familiaridade com esses recursos.

Diante da questão “Qual a sua avaliação do processo de integração/empatia entre alunos e professores das turmas durante o ensino remoto?”, constatou-se que, diante da



“irrupção de uma pandemia” que “não se compaginava” (SANTOS, 2021, p. 25) com o rumo esperado, mudanças drásticas ocorreram no enfrentamento de uma nova modalidade de ensino, com 125 sujeitos, entre docentes e discentes com boa ou excelente integração durante o ensino remoto e 39 com uma integração ruim ou regular, do total de respondentes. O quantitativo de  $\frac{3}{4}$  traduz quão promissor tem sido o desempenho de professores e alunos, para dar continuidade às atividades acadêmicas.

Uma das práticas fruto do desdobramento do processo de integração foi a adoção de avaliações formais adaptadas para ensino remoto, considerando-se o momento pandêmico. Com o questionamento “Houve adaptação das avaliações das disciplinas para o ensino remoto?”, percebeu-se que, em muitos casos, a avaliação foi elaborada com a utilização de formulários digitais, visando aumentar o engajamento e a participação, e diminuir o impacto do processo avaliativo nos alunos. Hartmann (2020)<sup>95</sup> aponta que há diversas inseguranças que corroboram para um constante desassossego, durante o momento da crise sanitária que estamos enfrentando. Como resultado do questionamento se houve adaptação das avaliações das disciplinas para o ensino remoto, 91 sujeitos consideraram que sim, 62 perceberam que a adaptação se deu em parte e 11 sujeitos disseram que não, tendo os docentes mantido a mesma estratégia de avaliação do ensino presencial.

Perguntados se durante a realização das avaliações houve a necessidade de negociação entre docentes e discentes, 63 sujeitos declararam que houve e 57 que tal prática ocorreu, às vezes. E 44 sujeitos disseram que não houve. Dentre os alunos que responderam afirmativamente, pontuaram como se deram essas negociações. A saber: 68% dos sujeitos declararam que houve tolerância quanto aos prazos de entrega das atividades e das avaliações. O percentual de 46,7% representa os que disseram que as negociações ocorreram quanto ao ajuste do horário das aulas, para cada turma. Afirmaram ter ocorrido a flexibilização da duração das aulas on-line, 41,8%. A porcentagem de 30,3% dos alunos mencionou flexibilização quanto à manutenção ou não do vídeo aberto durante as aulas remotas. E 29,5% dos sujeitos citaram que as negociações ocorreram quanto à participação integral nas aulas remotas (assiduidade); 23,8% pontuaram a apresentação de seminários

---

<sup>95</sup> Paula Benevenuto Hartmann, Psiquiatra pela UFF Graduação em Medicina pela UFF, Agência de Notícias São Joaquim Online. Disponível em: <<https://saojoaquimonline.com.br/saude/2020/10/17/coronofobia-o-impacto-da-pandemia-de-covid-19-na-saude-mental/>>. Acessado em: 04 abril 2021.

on-line; 18,9% citaram a avaliação coletiva e 13,1% declararam a adoção da autoavaliação. Nota-se que as negociações foram diversificadas, buscando a continuidade do aluno na evolução da sua formação e na integralização do curso.

Em relação ao desempenho dos discentes nas avaliações durante o ensino remoto, 56% dos docentes consideraram que houve uma piora dos resultados, enquanto 40% declararam que o desempenho dos alunos foi normal e 4% dos docentes consideraram que os alunos tiveram um desempenho melhor em comparação à modalidade presencial. Certamente, tal resultado deveu-se à alteração da modalidade de ensino, em meio ao processo de estudo, ainda que 50% dos professores tenham declarado que buscaram manter um equilíbrio entre as atividades síncronas e assíncronas.

Em certa dissonância com o resultado anterior, na Figura 11, quando perguntados sobre o seu desempenho frente ao ensino remoto, 89% dos discentes declararam ter obtido um desempenho esperado e 14 alunos disseram que o desempenho alcançado foi ainda melhor durante o ensino remoto. No entanto, um número considerável, ou seja, 43 discentes reconheceram que houve declínio em seu rendimento durante o ensino remoto. Observou-se durante a pesquisa que os alunos e os professores vivenciaram o enfrentamento de diversas circunstâncias inesperadas, oriundas do avanço da pandemia. Para ilustrar, mais de 100 sujeitos declararam ter enfrentado problemas de: estresse, ansiedade, medo, luto e impaciência durante o período pandêmico. Acredita-se que tais embates tenham corroborado para os resultados de diminuição do desempenho no ensino remoto.

Na pergunta seguinte, buscou-se analisar se os alunos e professores concordavam ou não com a adoção do ensino remoto pela universidade visando, sobretudo, a integralização do curso no tempo previsto. A resposta de concordância foi bastante significativa com 150 declarações de apoio à adoção do ensino remoto e apenas 14 sujeitos expuseram discordância do uso das tecnologias digitais e adesão ao ensino remoto, considerando que a Uerj deveria permanecer com as suas atividades acadêmicas suspensas, aguardando o controle da pandemia e o retorno das atividades presenciais.

## Negociações entre docentes e discentes na dinâmica atípica – humanização de práticas de graduação e pós-graduação na Uerj

O mestre Freire nos ensinou que “[...] não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago” (2013, p.29). Esse ensinamento sobre ‘ensinar e pesquisar’, sobre busca e indagação se aplica a todos os contextos possíveis, mas no contexto pandêmico ganha características ainda mais marcantes. E esse papel dos educadores de indagar, buscar, pesquisar e ensinar reprocurando, quando a relação educadores-e-educandos perde seu *lócus*, a sala de aula, a presença corpórea, a escuta e a observação direta, exigiu lidar com ferramentas que buscassem propiciar aprendizados de outras formas e com outros modelos de interação.

De modo geral, é possível dizer que, dado o contexto, os sujeitos da pesquisa avaliam a experiência positivamente. Está sendo feito o possível frente ao necessário. E procurando esquadrihar a realidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa, de uma forma solidária e de “escuta” amorosa, que a última questão do formulário teve um formato distinto das demais. A proposta foi: “Aqui, A PALAVRA É SUA! Escreva livremente aquilo que achar mais relevante para avaliar sua experiência com o ensino remoto no Período Acadêmico Emergencial na UERJ, até aqui. Queremos "ouvir" você!”

Como esperado, a variedade das respostas evidenciou como o ensino remoto, em meio ao isolamento social causado pela pandemia, transformou-se em experiências singulares e aparentemente contraditórias. Para tal percepção, seguem fragmentos de alguns dos depoimentos:

*Eu sou caloura, comecei na Uerj nesse período emergencial, então, não posso avaliar um antes e depois comparando a aula presencial na faculdade com a remota. Porém, se tratando dos meus professores, tudo está ocorrendo bem. Eles estão sempre dispostos e tirando as dúvidas dos alunos. Eu sempre tive dificuldade de aprender sozinha, e sendo sincera, estudar nesse período emergencial é basicamente estudar sozinha. No início tive certa dificuldade com a plataforma, mas foi só questão de tempo para a adaptação. O que torna ruim é que na minha casa não existe um lugar calmo e tranquilo para estudar, nem uma internet boa ou meios tecnológicos, o que só dificulta mais o aprendizado. Sem mais comentários, só espero que a vacina chegue logo para poder finalmente pisar na faculdade do meu coração (Participante A).*

*Me senti muito bem vinda e acolhida por todos (Participante B).*

*Um ponto positivo do ensino remoto na Uerj que eu espero que continue mesmo depois da retomada das atividades presenciais é o uso do AVA, percebi que a comunicação entre profs e alunos melhorou muito com esse recurso, bem como a organização das disciplinas [...] (Participante C).*

*O ensino remoto foi bom. Pois eu tive o tempo que eu perdia no ônibus pra estudar, isso foi maravilhoso, porém sinto muita falta das aulas presenciais (Participante D).*

*No início foi um pouco difícil se atualizar com remotas, porém vejo que os professores e colegas de turma por sua vez tentaram auxiliar para melhor alcançar os desafios desses tempos difíceis. Eu agradeço por ter esse recurso é não atrasar ou perder tanto caso essas aulas não tivesse (sic) acontecido (Participante E).*

*Em 2020 fiquei muito perdida em relação as aulas remotas, porém acabei acostumando e agora em 2021 me sinto bem mais familiarizada com a plataforma e os métodos de avaliação (Participante F).*

Percebem-se positivities na função de acolhimento aos estudantes, no uso do AVA, que poderá permanecer no retorno ao ensino presencial, apoiando a organização dos materiais e a comunicação com pares e docentes. Positiva também é a economia do tempo que costuma ser gasto com o trânsito. Positiva ainda foi a conduta de apoio por parte de docentes e estudantes, “dando o seu melhor” em prol de cada um e de todos. Há até quem descubra as maravilhas da Educação a Distância e deseje permanecer nela até o fim do curso. E, o mais importante: o ensino remoto é confirmado como a alternativa para não atrasar o curso, nem se expor à contaminação, arriscando a saúde e a vida.

Mas não só de positivities vive o PAE e, evidentemente, também houve críticas, embora em número bem menor. A seguir, alguns trechos para exemplificar:

*Poucas aulas ou quando tem aula é muito corrida, pressa excessiva dos professores de terminarem a aula. Excesso de textos, vídeos e trabalhos para serem feitos, aplicação de provas, cobrar presença nas aulas nesse momento é surreal. Está tudo errado e só vai melhorar quando o ensino presencial voltar, os professores não aprenderam como serem bons profissionais no ensino remoto (Participante G).*

*Percebo que durante o ensino remoto perdemos a riqueza da interação entre aulas, nos corredores, com outros profs e estudantes (Participante H).*

*Infelizmente no ensino remoto a relação com a universidade se torna mais objetiva e pontual e por tanto as interações extraclasse que são tão importantes para a vida acadêmica são empobrecidas (Participante I).*

*Eu estou tão perdida que não sei o que falar (Participante J).*

Poucas aulas síncronas, pressa em terminá-las, excessos no uso do AVA, nos instrumentos de avaliação, excesso de objetividade no trato via mídias, empobrecendo as

interações extraclasse: esses são os maiores alvos das críticas. A sensação de estar *perdida* também aparece como algo fruto da impessoalidade da relação mediada pela tecnologia, assim como da dificuldade em gerenciar seus estudos sozinho(a).

Cabe destacar um depoimento que diz *“Obrigado por nos ouvir. A Universidade deveria ter essa iniciativa mais ampliada. Parabéns às autoras da pesquisa pela sensibilidade e empatia. Abraço.”* Este expressa um elogio ao interesse das autoras pelo tema de pesquisa e, em especial, pelo desejo de ouvi-los(as), mas também uma crítica às instâncias de gestão da Universidade, que tardaram abrir essa escuta.

## Conclusões

“ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo,  
os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”  
(FREIRE, 1987, p. 52)

O fato da dinâmica das aulas do ensino presencial da Uerj terem sido alteradas para encontros virtuais, em um novo ambiente de aprendizagem que garantisse o distanciamento físico, mas que almejasse a proximidade através dos recursos digitais, exigiu dos sujeitos envolvidos novas e rápidas aprendizagens acerca do mundo virtual e das novas tecnologias digitais; um notório empenho pela superação em aprender tão rápido a fazer uso da autonomia e da disciplina específicas requeridas por essa estratégia de ensino.

Nesse processo de domínio do mundo digital, houve grande esforço de se reinventar, ao passo que mudanças no planejamento, na execução e nas estratégias foram imprescindíveis, sem negligenciar a qualidade das aulas e a adoção de um trabalho humanizado, que cuidasse para não deixar ninguém de fora desse novo contexto.

Ao passo que esses novos papéis foram se estabelecendo, houve uma transformação no *modus operandi*, tanto por parte dos docentes, quanto dos discentes e também da estrutura de suporte da universidade. No entanto, o mais importante foi a busca pela manutenção da conexão entre esses sujeitos, para que a formação pública e de qualidade mantivesse a sua humanidade.

Para tal, inúmeros movimentos de negociações e concessões ocorreram para que os desafios fossem sendo superados e as adaptações necessárias realizadas, em tão curto

período de tempo, porque a nova rotina mostrou-se bastante desafiadora e, na certeza da importância em se *lutar para vencer*, que alunos e professores seguem superando obstáculos em meio a computadores, *laptops*, *tablets* ou *smartphones*, aliados às suas conectividades, priorizando a preservação das habilidades socioemocionais.

A UERJ possui, em sua trajetória histórica de luta, a palavra RESISTE! Cerne de uma implacável luta pela manutenção da instituição de ensino superior público e democrático. E mais uma vez, diante dos desafios, veio a consagrar a qualidade e o empenho de seu corpo de docentes e de discentes que a elegeram, para ali construir seu futuro como cidadãos, capazes de fazer a diferença na sociedade, através de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O coronavírus representa o pior inimigo da humanidade surgido no século XXI. E diante da distopia que possa causar na humanidade, Boaventura (2021, p. 38) propõe uma “metáfora do vírus como pedagogo”, quando o vírus assume o papel de um pedagogo cruel porque “não perde tempo explicando as razões do seu agir e simplesmente age”. Pontua ainda que, através da pandemia pode-se refletir acontecimentos do passado e também questões do futuro que se fazem prementes, destacando a urgência em se repensar a conexão entre a humanidade e o planeta.

Para Harari (2020), as decisões que os cidadãos e os governos tomarem durante a crise pandêmica “moldarão o mundo por muitos anos” (p.15), pois “da perspectiva do vírus, somos todos iguais” (p. 44). O que significa que, por se tratar de uma crise global, o empenho em contornar a situação deve ser também coletivo e solidário. Esforços entre as nações, no campo da produção do conhecimento e da pesquisa, compartilhados e voltados para a saúde do planeta, consistem em ação imprescindível.

Em meio a todo esse contexto, a adoção do ensino remoto pela UERJ foi uma difícil tomada de decisão, por sua trajetória inabalável em defesa do ensino público, democrático e de qualidade, em seus 08 *campus*, com seus quase 40 mil sujeitos epistêmicos que se empenham na construção de uma sociedade melhor e mais justa, sem se deixar levar pelo etnocentrismo digital.

Ainda assim, houve a necessidade de se reformular, em breve espaço de tempo, com efetiva organização, planejamento, acessibilidade, inclusão, adaptações e negociações que foram necessárias, para construir algo novo, com presteza e qualidade, e com a prospecção

de um futuro novo, adaptável, esperançoso, que a comunidade da Uerj tem se empenhado em construir, através do ensino, da extensão, da inovação e da pesquisa contínua.

Dito isso, a Uerj reafirma o seu protagonismo histórico prezando, sobretudo, pela integridade de seus alunos e servidores, aderindo ao ensino remoto, empoderando-se das novas tecnologias e dos novos saberes, dando início aos seus trâmites burocráticos igualmente de forma on-line, ou seja, reinventando-se.

## Referências

ASDUERJ. **Nota da Asduerj à Comunidade da UERJ. 20 de março de 2020.** Disponível em: <http://asduerj.org/v7/nota-da-asduerj-a-comunidade-da-uerj/>.

ASDUERJ. **Garantias e direitos dos docentes na situação de “ensino remoto emergencial”.** 8 de julho de 2020. Disponível em: <http://asduerj.org/v7/garantias-e-direitos-dos-docentes-na-situacao-de-ensino-remoto-emergencial/>

BRASIL. MEC. **Portaria MEC nº 2.253 de 2001.** Disponível em: <https://proplan.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/7/2014/09/Portaria-n%C2%B0-2.253-de-18-de-outubro-de-2001.pdf>.

BRASIL. MEC. **Portaria MEC nº 4.059 de 2004.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port4059-2004.pdf>.

BRASIL. MEC. **Portaria MEC nº 1.428 de 2018.** Disponível em: [https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251](https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251).

BRASIL. MEC. **Portaria MEC nº 2.117 de 2019.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>

FERREIRA, G. R. (Org.). **Educação e tecnologias** [recurso eletrônico] : experiências, desafios e perspectivas 2. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

FREIRE, P.. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 44<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HARARI, Y.I N.. **Notas sobre a pandemia:** e breve lições para o mundo pós-coronavírus (artigos e entrevistas). São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2020.

RIO DE JANEIRO. **DECRETO Nº 46.993 DE 25 DE MARÇO DE 2020.** Disponível em: <https://pge.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MTAyMzg%2C>.



SANTOS, B. de S.. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, B. de S.. **O futuro começa agora**: da pandemia à utopia. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

SILVA, A. F. da; LÓS, Dayvid Evandro da Silva; LÓS, Djalma Rodolfo da Silva. Web 2.0 e Pesquisa: Um Estudo do Google Docs em Métodos Quantitativos In: **Renote - Novas Tecnologias na Educação**, vol. 9, nº 2, p. 1-10, dez. 2011. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/renote/article/view/25141/14626>

UERJ, CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (Rio de Janeiro). **Deliberação nº 09/2020**, de 18 de junho de 2020. Cria normas temporárias para os programas de pós-graduação em tempos de pandemia de COVID-19. [S. l.], 18 jun. 2021.

UERJ, CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (Rio de Janeiro). **Deliberação nº 14/2020**, de 30 de julho de 2020. Dispõe sobre a criação de normas para o planejamento e a execução de Períodos Acadêmicos Emergenciais (PAE), critérios para a oferta e realização de componentes curriculares de ensino e aprendizagem, altera o Calendário Acadêmico 2020.1 e dá outras providências temporárias para os programas de Pós-graduação em tempos de pandemia de COVID-19. [S. l.], 30 jul. 2020.

Data do envio: 07/09/2021.

Data do aceite: 03/11/2021.

